

CDU PRESTA CONTAS

AOS TRABALHADORES DO SECTOR AÉREO

Para nós a prática é o critério da verdade. Chegados às eleições, não fazemos promessas. Assumimos compromissos e valorizamos a forma como cumprimos os compromissos anteriormente assumidos. Este é um presta-contas aos trabalhadores do Sector Aéreo, e como tal, assenta essencialmente em matéria relativa às questões laborais ou de transportes. Mas os trabalhadores do sector sabem que também nas restantes questões honramos os nossos compromissos com os trabalhadores e o povo.

A acção dos Governos nos últimos 5 anos para o Sector Aéreo seguiu duas linhas essenciais: a privatização do sector (concluindo a privatização da assistência em escala, entregando os Aeroportos a uma multinacional, tentando privatizar a TAP e pactuando com a progressiva retirada do controlo aéreo ao país) e a redução brutal dos rendimentos dos trabalhadores do sector (pela crescente precarização das relações e pelo roubo directo através dos Orçamentos de Estado e do saque fiscal). Na Assembleia da República o PCP acompanhou a resistência dos trabalhadores a estas políticas.

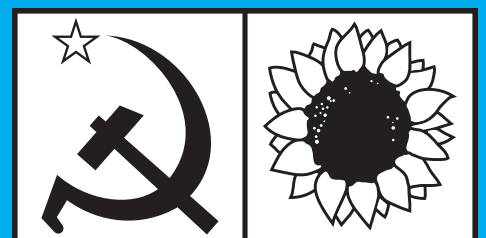
Neste Presta-Contas abordamos «apenas» o trabalho desenvolvido pelos deputados comunistas nas matérias mais directamente vinculadas às empresas do sector. Não cabe aqui tratar a restante e intensa actividade do PCP na Assembleia da República, que interessa também aos trabalhadores do sector e que foi imensa, colocando-se sempre do lado dos trabalhadores, do povo e da soberania nacional.

Combatemos os processos de Privatização

Combatemos, sem hesitações, o longo processo de privatização da TAP (cuja primeira tentativa remonta a 1998, era então primeiro-ministro António Guterres, e que foi inscrita como objectivo no Memorando assinado entre PS/PSD/CDS e a troika em 2011) quer o processo de 2012 («Iniciativas para revogar o Decreto-Lei n.º 210/2012 que aprova a 3.ª e 4.ª fases do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP» - AP 38/XII/2 e PR 489/XII/2), quer o mais recente processo («Iniciativas para revogar o Decreto-Lei n.º 181-A/2014 que aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP» - AP 129/XII/4 e PR 1229/XII/4). Uma das questões que denunciámos abundantemente foi a opacidade do processo, com o Governo a negar sempre o acesso à informação aos próprios deputados («Requerimento do Memorando informativo da TAP, editado com vista à sua privatização» - RQ 260/AC/XII/1 de 29/8/2012; «Requerimento do Relatório de Avaliação que confirma valor crescente de TAP pública» - RQ 132/AC/XII/3 de 2/9/2014; «Requerimento dos Documentos sobre a privatização da TAP referidos pelo Governo e até agora não divulgados (caderno de encargos e relatórios de avaliação da companhia)» - RQ 80/AC/XII/4 de 20/1/2015; «Requerimento dos Documentos sobre a privatização da TAP - caderno de encargos, relatórios de avaliação da companhia, proposta do consórcio Gateway e termos do acordo estabelecido entre o Governo e esse consórcio para a venda da TAP» - RQ 140/AC/XII/4 de 1/7/2015. Mesmo na fase posterior à decisão do «vencedor», continuámos a acompanhar as trapalhadas do Governo, quer intervindo na denúncia das alterações na direcção da ANAC e do papel de testa-de-ferro reservado a Humberto Pedrosa, quer noutras questões («Pedido de Reequilíbrio Financeiro na PPP da FERTAGUS, com a esperada 'entrega' por parte do Governo de mais seis milhões de euros à Barraqueiro, para que esta possa comprar a TAP» - PG 2839/XII/4 de 3/7/2015).

4 Outubro 2015
Eleições Legislativas

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Combatemos frontalmente a privatização da ANA, processo colocado em cima da mesa pelo PEC 1 de 2008, repetido em cada um dos restantes PEC (2, 3 e 4), todos da autoria do Governo PS, e depois transportado para o Memorando com a troika assinado por PS/PSD/CDS. Apresentámos, já nesta legislatura: «Iniciativas para revogar o Decreto-Lei n.º 232/2012 de 29 de outubro, que aprova o processo de privatização da ANA» - AP 41/XII de 9/11/2012 e PR 521/XII de 5/12/2012; e sobre «a privatização da ANA e a manutenção da rede de aeroportos nas ilhas da Região Autónoma dos Açores» - PG 3283/XII/1 de 19/6/2012). Mas denunciámos igualmente **as consequências desse processo de privatização**: «Aumento de rendas cobradas pela ANA Aeroportos»- PG 911/XII/2 de 15/1/2013; «Aumento das taxas aeroportuárias no Aeroporto de Lisboa» - PG 554/XII/3 de 17/12/2013; «A privatização da ANA Aeroportos e a falta de investimento na rede aeroportuária na Região Autónoma dos Açores» - PG 1522/XII/3 de 11/4/2014; «Mais um aumento de taxas pela ANA Aeroportos, consequência da privatização da empresa» - PG 2288/XII/3 de 2/9/2014; «Actuação da ANA - Aeroportos de Portugal relativamente às pequenas empresas de rent-a-car do Aeroporto de Faro» - PG 2333/XII/2 de 12/6/2013, PG 1367/XII/3 de 25/3/2014 e PG 1204/XII/4 de 20/3/2015; «A perspetiva de condicionamento e imposição de taxa no acesso automóvel às ruas da zona envolvente dos aeroportos nacionais» - PG 1777/XII/4 de 5/6/2015; «ANA- Aeroportos de Portugal impõe no Aeroporto de Faro novas regras de acesso que representam uma verdadeira extorsão às pequenas e médias empresas de transfers» - PG 1744/XII/4 de 5/6/2015.

Uma intervenção permanente Na defesa do sector e das suas empresas públicas

Contraopondo-se à acção desestabilizadora do Governo, o PCP interveio sistematicamente no sentido da **viabilização da TAP** enquanto grande empresa pública portuguesa: «Situação e futuro da Manutenção e Engenharia da TAP» - PG 946/XII/3 de 11/2/2014 e «Pela defesa, desenvolvimento e gestão pública da TAP como companhia aérea de bandeira nacional» - PR 1150/XII. No início do verão de 2014 chamámos o Governo e a Administração da TAP à Assembleia da República, mas o Governo optou por recusar ver quão dramático seria aquele verão por culpa das opções tomadas na gestão da TAP.

No que respeita à **Assistência em Escala**, combatemos a política de crescente precarização, desregulamentação de horários e redução de salários: «Sobre o sector da Assistência em Escala (Handling) no transporte aéreo» - PR 1021/XII/3 de 30/4/2014.

Combatemos as tentativas de destruição da NAV a médio prazo com o céu único e as limitações à soberania nacional: «Conselho de Administração da NAV sem quórum e inoperacional» - RQ 820/XII/1 de 28/9/2011; «O Pacote Céu Único Europeu 2+ e suas implicações para o futuro da NAV e da soberania nacional na gestão do espaço aéreo» - PG 2209/XII/2 de 5/6/2013; «Pela rejeição do pacote legislativo comunitário Céu Único Europeu / SES2+» - PR 853/XII de 16/10/2013; «Os últimos processos movidos pela UE contra Portugal, na tentativa de destruir a soberania nacional sobre o controlo aéreo e avocar essa atividade para as multinacionais europeias» - PG 2289/XII/3 de 2/9/2014. Um requerimento do PCP de 29/5/2012 propondo uma «Audição sobre a situação do controle de tráfego aéreo, a empresa NAV e seus trabalhadores, e as ameaças à soberania nacional sobre o espaço aéreo português com o “céu único europeu”» seria aprovado, e levaria à realização de uma importante e esclarecedora Audição

E ainda tratámos **outras questões relevantes para o sector**, como é o escandaloso desvio de dinheiros públicos para financiar as empresas privadas concorrentes das empresas públicas nacionais : «Divergências entre a Ryanair e o Turismo de Portugal» - PG 2627/XII/2 de 24/7/2013; «Controlo e fiscalização da segurança da operação da companhia aérea Ryanair, face à quantidade de problemas noticiados» - PG 135/XII/2 de 28/9/2012; «Divergências entre a Ryanair e o Turismo de Portugal» - PG 2627/XII/2 de 24/7/2013; «Dinheiros públicos para financiar interesses privados com o acordo Turismo de Portugal/ANA» - RQ 99/AC/XII/4 de 20/3/2015.

**CDU: PROVAS DADAS
EM DEFESA DOS TRABALHADORES
E DA SOBERANIA NACIONAL!**

Em defesa dos Trabalhadores do Sector Aéreo

A acção do Grupo Parlamentar do PCP em defesa dos direitos dos trabalhadores do sector aéreo assumiu três eixos essenciais: **a luta contra os PEC's, o Pacto de Agressão de PS/PSD/CDS com a troika e os sucessivos Orçamentos de Estado**, combatendo os cortes e roubos; **a luta contra a degradação das leis gerais do trabalho** – revisão do Código de Trabalho, lei do trabalho no Sector Público Empresarial – que no essencial se destinavam a tornar permanentes um conjunto de roubos que começaram por ser provisórios; **uma acção solidária com a luta e a resistência dos trabalhadores** e de combate a abusos e ilegalidades da sua entidade patronal.

Desde 2010, que a cada ano, a aprovação dos Orçamentos de Estado se transformou num operação de saque aos trabalhadores e reformados, com a falsa desculpa de ser para pagar a dívida (mas esta passou de 96 para 130% do PIB nestes 5 anos) e o falso argumento dos sacrifícios para todos (mas os ricos estão cada vez mais ricos, apesar de terem rebentado com a nossa economia). Roubaram os subsídios de Natal e de Férias, congelaram e cortaram os salários, roubaram no trabalho suplementar e nocturno, roubaram os complementos de reforma e o direito ao transporte, proibiram as progressões de carreiras e a atribuição de novas anuidades. Esta realidade afectou diferentemente cada empresa do sector, mas contribui em todas para a redução efectiva de rendimentos dos seus trabalhadores. A cada ano, **o PCP votou contra o OE e apresentou propostas concretas de acabar com estes roubos** substituindo essas receitas orçamentais pela tributação dos lucros e das mais-valias bolsistas. A cada ano, o PCP apresentou recurso para o Tribunal Constitucional de um conjunto de normas (algumas delas viriam a ser declaradas nulas pelo Tribunal Constitucional). A luta dos trabalhadores acabou por impor importantes recuos, que diminuíram o nível do roubo mas não acabaram com ele (é o caso do pagamento do subsídio de férias na sequência da decisão do Constitucional).

Combatemos todas as revisões do Código de Trabalho, realizadas sempre no sentido de facilitar o incremento da exploração dos trabalhadores, e demos expressão parlamentar à luta de massas que se desenvolveu contra estas revisões, conseguindo impor importantes recuos. Ainda assim, as 6 alterações aprovadas no último mandato (lei 53/2011 de 14/10, lei 23/2012 de 25/6, lei 47/2012 de 29/8, lei 69/2013 de 30/8, lei 27/2014 de 8/5, lei 55/2014 de 25/8) implicaram importantes perdas para os trabalhadores (e os correspondentes ganhos para os exploradores e os capitalistas) nomeadamente na fragilização da contratação colectiva, na redução do valor pago pelo trabalho extraordinário e na facilitação dos despedimentos. Recordamos que algumas das alterações mais graves foram anuladas por acção do Tribunal Constitucional, na sequência de recursos apresentados por um conjunto de deputados (incluindo todos os do PCP). **O PCP desenvolveu ainda uma longa batalha, de alerta, esclarecimento e mobilização, contra o Decreto-Lei n.º 133/2013, que «estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial»**. Este Decreto-Lei, além de criar um regime que na prática torna impossível o funcionamento regular de uma empresa pública, implicou transformar em roubos permanentes roubos que estavam a ser realizados por via do Orçamento de Estado, nomeadamente no que respeita ao subsídio de refeição, ao trabalho suplementar, ao trabalho nocturno, às ajudas de custo e abonos. A luta parlamentar contra o DL 133/13 culminaria com a apresentação da Apreciação Parlamentar 64/XII/3.^a de 18 Outubro de 2013, na discussão da qual se levou a votos a Resolução (884/XII) para a anulação (cessação de vigência) do Decreto-Lei 133/13, que foi chumbada pelo PSD e CDS com a abstenção do PS.

Além da presença solidária dos deputados comunistas nas diversas lutas dos trabalhadores do sector, estes transportaram para a Assembleia e confrontaram o Governo com um vasto conjunto de questões: «Fundamentação da recusa de emissão de cartões de acesso ao Aeroporto de Lisboa» - PG 554/XII/1 de 12/9/2011; «Situação e futuro da SPdH/Groundforce, face às ameaças e chantagens com que está confrontada» - PG 1006/XII/1 de 17/10/2011; «Os impactos da aplicação do roubo nos salários na NAV para os trabalhadores, a empresa e o próprio Estado» – PG 1597/XII/1 de 12/1/2012; «Revistas ilegais nas LFP/Lojas Francas de Portugal» - PG 3854/XII/1 de 27/8/2012; «Situação da Empresa Airpass» - PG 3810/XII/1 de 21/8/2012; «O roubo dos salários dos

**CUMPRIMOS!
DÁ MAIS FORÇA A QUEM DÁ FORÇA À TUA LUTA:
VOTA CDU!**

trabalhadores das Lojas Francas de Portugal» - PG 3853/XII/1 de 27/8/2012; «Situação dos trabalhadores da empresa Cateringpor» - PG 3369/XII/1 de 27/6/2012 e PG 478/XII/2 de 7/11/2012; «Despedimentos na SPDH escala do Porto» - PG 1654/XII/2 de 5/4/2013; «Alterações anunciadas à regulamentação sobre limite de tempo de voo» - PG 41/XII/3 de 24/9/2013; «Situação de instabilidade e conflitualidade institucional na SPdH/Groundforce» - PG 2233/XII/3 de 3/8/2014; «Mudança de procedimentos da SPdH/Groundforce, de forma lesiva das condições de segurança da operação aérea - luta dos trabalhadores no Aeroporto do Porto» - PG 2223/XII/3 de 3/8/2014; «Denúncia do SITAVA sobre práticas operacionais na empresa de handling Portway» - PG 2235/XII/3 de 3/8/2014; «O clima laboral nos aeroportos e a segurança aeroportuária - a situação da SpdH/Groundforce» - PG 213/XII/4 de 22/10/2014; «Ilegalidades e condicionamentos ao direito à greve - luta dos trabalhadores do handling aeroportuário, SPdH e Portway» - PG 457/XII/4 de 3/12/2014; «Remoção de propaganda sindical no Aeroporto de Lisboa por agentes da PSP» - PG 476/XII/4 de 4/12/2014; «Situação dos ex-Operadores de Estação Aeronáutica» - PG 1125/XII/3 de 24/12/2014; «Multinacional VINCI promove despedimento coletivo em Faro para reprimir trabalhadores em luta» - PG 1417/XII/4 de 22/4/2015; «ANA suspende serviço no Aeroporto de Faro para despedir trabalhadores à margem da lei» - PG 1529/XII/4 de 6/5/2015; «Repressão à liberdade de expressão e de organização sindical na TAP» - PG 2841/XII/4 de 3/7/2015;

Sempre ao lado dos trabalhadores

Acompanhámos o nosso trabalho com uma permanente preocupação de ouvir o conjunto das organizações representativas dos trabalhadores e de prestar activa solidariedade à sua justa luta. Reunimos com praticamente todas as ORT's e sempre que tal nos foi solicitado. Realizámos audições públicas sempre que a matéria assim o exigia (Audição Pública sobre as consequências do programa de privatizações no desenvolvimento do país, 18/07/11; Audição Pública sobre as alterações à legislação laboral, 25/07/11; Audição Pública sobre Legislação Laboral, 03/04/12; Audição Pública sobre A legislação laboral relativa à Contratação Coletiva e ao pagamento do trabalho suplementar, 24/06/14; Audição Pública «Defender o Sector Público dos Transportes, pelo serviço público e a soberania nacional», 29/09/14; Audição Pública sobre o Regime Jurídico Transporte de Passageiros, 20/03/15).

LEGENDA:

PG – Pergunta ao Governo;
RQ – Requerimento;
IP – Intervenção Parlamentar;
IN – Interpelação;
PL – Projecto-Lei;
AP – Apreciação Parlamentar;
PR – Projecto de Resolução;
DV – Declaração de Voto.

Todos os documentos citados podem ser consultados no site da Assembleia da República.

Este foi o nosso presta-contas aos trabalhadores do Sector Aéreo. Temos orgulho no trabalho realizado na Assembleia da República, não apenas na sua quantidade (e foi muito para o número de deputados da CDU que foram eleitos) mas principalmente na sua verticalidade e posicionamento claro: sempre do lado certo, do lado dos trabalhadores e da soberania nacional!

Em Setembro, daremos a conhecer os nossos compromissos para o Sector, avalizados pela nossa prática, e podes desde já consultar o nosso programa eleitoral em www.pcp.pt. A política pode ser uma coisa séria! Apoio a CDU!

CDU – Coligação Democrática Unitária **PCP-PEV**

